

RESENHA

“Comunidad, inmunidad y biopolítica”, editado por Roberto Esposito¹

Fabiane Machado Barbosa²

Referência da obra resenhada

ESPOSITO, Roberto. **Comunidad, inmunidad y biopolítica**. Tradução: Alicia García Ruiz; dirigida por: Manuel Cruz. Barcelona: Herder Editorial, S.L, 2012. ISBN: 978-84-254-3080-0. (e-book)

Título original: Termini della politica. Comunità, immunità, biopolitica.

1ª edição – 2008

Roberto Esposito nasceu em Nápoles em 1950, é um filósofo italiano, especialista em filosofia moral e política, professor de Filosofia Teórica no Instituto Italiano de Ciências Humanas. Foi um dos fundadores do *European Political Lexicon Research Center* e do *International Center for European Legal & Political Lexicon*. É reconhecido principalmente pelas contribuições ao debate sobre biopolítica. Esposito analisa a biopolítica de maneira singular, a partir do paradigma da imunização.

Entre seus livros mais importantes, traduzidos em diversos idiomas, encontram-se: *Comunitas: origen y destino de la comunidade* (1998), *Immunitas: protección y negación de la vida* (2002), *Bios: Biopolítica y Filosofía* (2004) e *Tercera Persona: política de la vida y filosofía de lo impersonal* (2007). Em português, encontramos apenas: *Bios: biopolítica e filosofia e Pensamento vivo - Origem e atualidade da filosofia italiana*

Comunidad, inmunidad y biopolítica une a explicação dos principais conceitos do pensamento de Roberto Esposito, mas não os exaure. Trata de explicar cada um deles e faz reflexões importantes acerca de sua extensão. Esposito preocupa-se em desconstruir o conceito de comunidade de sua carga metafísica indo em busca das raízes do termo, para estabelecer um não conceito a respeito da comunidade, marcando a impossibilidade de demarcar

¹ Recebido em 10 de janeiro de 2018. Aceito para publicação em 02 de março de 2018.

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Humanização e Direito da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: fabiane.uff@gmail.com

uma essência. Ele lembra que a concepção de comunidade, como algo certo de sua própria substancia, vincula em um mesmo marco onto-teológico todas as filosofias de Estado do século XX. A partir da desconstrução dos conceitos tradicionais de comunidade, sociedade e Estado, Esposito apresenta sua leitura dos processos políticos.

Debate a teoria contratual de Hobbes sobre o conflito como uma teoria da paz, da neutralidade, da imunização. A obra está dividida didaticamente em 11 capítulos, um prólogo claro que localiza o leitor na filosofia política atual, muitas notas contendo referências importantes e alguma informação adicional sobre o autor. Os capítulos são pequenos e complementares, são eles: “La ley de la comunidad, Melancolía y comunidad, Comunidad y nihilismo, Democracia inmunitaria, Libertad e inmunidad, Inmunización y violencia, Biopolítica y filosofía, El nazismo y nosotros, Política y naturaliza humana, Totalitarismo o biopolítica: para una interpretación filosófica del siglo XX e por fim, Por una filosofía de lo impersonal.”

O autor assume, como em obras anteriores, seu rompimento com a tradição da filosofia política que parte da relação para tecer análises, enquanto o autor analisa a não relação, a promoção da imunização. Esposito afirma, na obra, ter encontrado no paradigma imunitário a chave interpretativa para entender “nuestro tiempo” (ESPOSITO, 2012, p. 1375). A obra é filosoficamente densa e gera intrigantes questionamentos a respeito das representações de poder atuais e as consequências de seu micro e macro exercício.

Esposito descreve a evolução do conceito de biopolítica a partir do pensamento de Foucault, que não substitui o poder soberano, mas sim penetrá-lo, atravessá-lo, modificá-lo. O poder soberano de decidir sobre a morte do súdito ou deixá-lo viver foi gradativamente se tornando o poder de fazer viver, na microfísica do poder desempenhado pelos mecanismos disciplinares e de controle, o poder passa a reger a vida com mais intensidade que a morte. A análise biopolítica em Esposito e por consequência seu conceito de soberania parte do paradigma imunitário, que pensa o Estado como o oposto de comunidade, tornando possível uma associação humana não comunitária.

Desde a etimologia da palavra, Esposito desenvolve o conceito de *communitas* a partir de um múnus comum, um dever fora de si, que coloca um sujeito em contato com o outro. Se *communis* é quem deve desempenhar uma função, o contrário, *immunis* é quem está dispensado dela. A *communitas* está

ligada ao sacrifício da compensação, já a *immunitas* implica o benefício da dispensa. A imunidade, ou sua formulação latina *immunitas*, resulta do contrário de *communitas*. Ambos os vocábulos derivam do termo *munus*, que significa dom, dever, obrigação. Enquanto os membros da comunidade se caracterizam por essa obrigação de dar, a imunidade implica, ao contrário, a isenção dessa condição: é imune aquele que está a salvo de obrigações e perigos que afetam o resto, quebra-se, portanto, o circuito de relações sociais se colocando fora dele.

A modernidade se apresenta separando os indivíduos, visto que a natureza bivalente do *munus* (dom e obrigação, benefício e prestação, conjunção e ameaça) não parece compensar pelos riscos que comporta. A *communitas* expressa uma perda, uma subtração, uma expropriação e portanto um risco, uma ameaça a identidade individual do sujeito, precisamente porque debilita ou rompe os limites que asseguram a estabilidade do que lhe é próprio, expondo cada qual a um contato, ou contágio potencialmente perigoso com o outro. A ameaça representada pelo contato é retratada mitologicamente em todas as narrações que associam a origem da comunidade humana a um delito fundador. A modernidade põe em marcha precisamente um processo de imunização que visa evitar o contato entre os indivíduos, conformado em um contraste paradigmático entre *communitas* e *immunitas* (ESPOSITO, 2012, p. 1197).

Se a *communitas* ameaça a integridade individual dos sujeitos que relaciona, a única alternativa, em Hobbes, é imunizá-los, por antecipação. Naturalmente a opção hobbesiana, em geral, moderna, não se realiza gratuitamente, pois preenche o vazio (dívida) do *munus*, com um vazio ainda mais radical. O Estado Leviathan coincide com a dissociação de todas as ligações, com a abolição de toda relação social estranha ao intercâmbio vertical baseado em proteção-obediência. Para Hobbes o Estado seria responsável pelo processo de pacificação das relações sociais, exatamente porque impediria o contado direto entre os súditos, que o fariam por intermédio do Estado, que tudo vê, tudo sabe, tudo alcança. A soberania é o não ser em comum dos indivíduos. A forma política da sua dessocialização (ESPOSITO, 2012, p. 92).

Para salvar-se, de forma duradoura, a vida é tornada privada, qualquer relação externa ao fio vertical que vincula cada um ao mando soberano é cortada pela raiz. “Soberania é o vazio artificial criado em torno de qualquer

indivíduo, o negativo da relação.” (ESPOSITO, 2012, p. 1211).

Nesse sentido a modernidade só existe a partir da neutralidade das relações. A ideia é impedir o conviver para viver. A vida é conservada pressupondo seu sacrifício. A vida é sacrificada a sua própria conservação. Nessa concepção paradoxal de conservação e sacrifício da vida, a imunização moderna alcança seu ápice e sua própria potência destrutiva. Sendo assim, o paradigma que parece fundamentar as ações do Estado-nação moderno não é *communitas*, mas *immunitas*. Enquanto a comunidade abre, expõe, volta o indivíduo ao seu exterior, liberando-o para sua exterioridade, a *immunitas* o reenvia a si mesmo, o recolhe a sua própria pele. “Que outra coisa é a imunização se não a interiorização preventiva do exterior, sua apropriação neutralizadora?” (ESPOSITO, 2012, p. 1403).

Esposito defende que essa exigência de isenção e proteção, originalmente pertencente ao âmbito médico e jurídico, progressivamente se estendeu a todos os setores e linguagens de nossa vida, até converter-se em um “coágulo” – real e simbólico – da experiência contemporânea. Afirma que se passarmos do âmbito das enfermidades contagiosas ao âmbito social das imigrações, encontramos uma confirmação desse entendimento (ESPOSITO, 2012, p. 1416).

O importante parece ser combater por todos os meios a difusão do contágio de onde quer que este possa se originar (ESPOSITO, 2012, p. 1416).

Quanto mais se comunicam e se entrelaçam os seres humanos - bem como as ideias, as linguagens, as técnicas – mais se gera em contrapartida uma exigência de imunização preventiva. Os novos localismos podem ser explicados como um tipo de reação imunizatória frente a contaminação trazida pelos processos de globalização. Espósito afirma que foi a partir da queda do muro, real e simbólico, de Berlim, que se começa a produzir o levantamento de muitos pequenos muros até transformar e perverter a ideia mesma de comunidade na forma de uma fortaleza sitiada (ESPOSITO, 2012, p. 1430).

A ideia da imunização necessária para proteger nossa vida termina por negar essa mesma vida. No sentido de que a aprisiona, é uma espécie de jaula ou armadura, pela qual se perde não apenas nossa liberdade, mas o sentido mesmo de nossa existência individual e coletiva. Isto é, perde-se a circulação de sentido, esse meter-se a existência fora de nós mesmos, definido aqui como *communitas*, aludindo ao caráter constitutivamente exposto da existência. “Ao

ex da existência como diria Heidegger” (ESPOSITO, 2012, p. 1443).

Para Espósito, o mundo encontra-se irreversivelmente unido e, por isso, necessita não apenas ser pensado, mas praticado como uma unidade de diferenças, como um sistema de distinções, no qual distinções e diferenças sejam uma forma em si mesmo. Em uma lógica singular e plural em que as diferenças venham a ser, precisamente, aquilo que mantém o mundo conectado (unido), apesar da tentação recorrente de homologar o mundo a um único modelo. “Desde Heráclito, a ideia de que se pode estar unido, não por homogeneidade, mas pela distinção na diversidade, forma parte da tradição que o ocidente produziu, mas nunca levou a prática.” (ESPOSITO, 2012, p. 1520).

A imunização, em altas doses, é o sacrifício dos viventes, isto é, de toda forma de vida qualificada em troca da simples sobrevivência. A redução da vida a sua nua base biológica, a redução do *bios* a *zoé*” (ESPOSITO, 2012, p. 1443). Para Espósito, parece que os modernos procedimentos imunizadores levaram ao seu máximo, tal contradição. É como se, mais que ajustar o nível de proteção a magnitude real do risco, se adequa a percepção do risco a crescente exigência (sem fundamento) de proteção, isto é, como se criassem artificialmente riscos para poder controla-los, como fazem com frequência as companhias de seguro (típico movimento da contemporaneidade) (ESPOSITO, 2012, p. 1458).

Certamente os sistemas imunológicos são necessários, nenhum corpo individual ou social poderia evitá-los, mas quando crescem desmensuradamente acabam por conduzir a completa explosão ou implosão do organismo. Nesse sentido afirma crer que as guerras atuais estão fortemente ligadas ao paradigma imunitário (ESPOSITO, 2012, p. 1443), assim como o fechamento das fronteiras que não toleram nada externo, que exclui a própria ideia de existir um exterior, que não admite nada que possa ameaçar a lógica do que lhe é próprio.

Esposito considera o cenário conflituoso denominado como Terror, que envolve ataques terroristas islâmicos ao ocidente, como resultado de uma pressão mutua entre duas obsessões imunitárias opostas e especulativas: a de um integrismo islâmico determinado a proteger até a morte sua pretendida pureza religiosa, étnica e cultural da contaminação secularizadora ocidental, e, a de um ocidente empenhado em excluir o resto do planeta da possibilidade de compartilhar seus excessivos bens.

Quando estes dois impulsos contrapostos se pressionam mutuamente de modo irremediável, o mundo se agita em uma convulsão que tem os recursos autoimunes mais destrutivos: o excesso de defesa contra os elementos estranhos ao organismo se volta contra ele, com efeitos letais (ESPOSITO, 2012, p. 1474).

Destaca-se que esse conflito específico nasce do cerco fatal do monoteísmo – não no mundo budista ou na “galáxia do hinduísmo” – parece que a civilização islâmica e cristão, passando pela judia, estão em confronto não por serem diferentes e opostas, mas por serem muito similares, vinculadas em suas categorias constitutivas a lógica do Uno, a síndrome monoteísta, de um monoteísmo político (ESPOSITO, 2012, p. 1474).

Por um lado, a verdade plena do fundamentalismo islâmico, prescrita no Alcorão, que prega a conquista do mundo. Por outro, a verdade vazia do niilismo ocidental, de seu cristianismo secularizado, segunda a qual a verdade é que não existe a verdade, a partir do momento em que o importante são os princípios de competência técnica, da lógica do benefício e da produção total. Ambas absolutas, exclusivas e excludentes, que se enfrentam dentro da mesma obsessão imunitária, pela conquista do mundo global, na globalidade de um mundo refletido em si mesmo, “pleno de si até se arrebentar” (ESPOSITO, 2012, p. 1474).

O monoteísmo político, a ideia de que a um único Deus deve corresponder um único rei e um único reino, expressa a essência da imunização em sua versão mais violenta (ESPOSITO, 2012, p. 1474).

Comunidad, inmunidad y biopolítica é, portanto, uma obra que inaugura uma nova teoria sobre o paradigma de leitura do funcionamento do poder estatal. A obra apresenta uma original visão sobre as relações de força que movimentam os conflitos humanos mergulhados nas relações de imunização promovidas pelo Estado. A leitura desse livro pressupõe conhecimento geral de história, filosofia e ciência política, exigindo assim, uma leitura atenta e dedicada.

Presenteia os estudiosos do Direito com uma interpretação original sobre os instrumentos de poder que existem nos estados democráticos, principalmente dos instrumentos legais, aborda diretamente a ideia do Estado como intermediário da justiça entre os homens (o terceiro imparcial). Retira da análise a preconcepção de que democracia seria sinônimo de conexão e

fraternidade, mas a apresenta como uma forma de governar, com qualidades e fraquezas, baseada no paradigma imunitário.

Seus leitores devem mergulhar com tempo, dedicação e atenção nesta obra, que se dirige a todos aqueles que se interessam em pensar a sociedade e suas relações de poder sobre os corpos humanos, a partir de uma perspectiva política e filosófica.